

Pacto vai esperar pelo corte

Empresários acham que só após definição se pode negociar

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — A Operação Desmonte, envolvendo cortes profundos nos gastos de custeio da administração, detalhada com exclusividade pelo CORREIO, já provocou mudanças em São Paulo: o pacto nacional que está sendo amarrado entre empresários e trabalhadores só poderá ter seu desfecho depois da aprovação do novo orçamento da União para 89 e ao final dos trabalhos da Constituinte. Enquanto isso não ocorre, serão realizadas reuniões técnicas, como a prevista para hoje à tarde em São Paulo, na busca de um acordo entre patrões e empregados sobre como derubar a inflação.

Essa mudança de postura foi anunciada ontem pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, principal articulador desse entendimento, ao final de reunião do fórum informal de empresários paulistas, que dedicou

quase toda a sua reunião de duas horas, seguida de almoço, para uma discussão das repercussões do orçamento da União sobre os Estados, os municípios e a iniciativa privada. "Decidimos que as negociações com os trabalhadores continuam, mas agora a reboque da aprovação do novo orçamento, e dos trabalhos da Constituinte", disse Amato, explicando os motivos da mudança de tática: "temos que saber em que medidas seremos tributados; qual vai ser o impacto na folha de pagamento; quanto isso tudo vai se refletir no custo final do produto. Como fazer acordo, se haverá aumento de 20 por cento do imposto, e se o Governo vai continuar a gastar o mesmo? E essas certezas só temos depois do orçamento aprovado e da Constituinte", observou.

Segundo Amato, nos recentes contatos com autoridades do Governo e da Constituinte, os empresários paulistas perceberam

que há necessidade de um total apoio à política econômica dos ministros da área econômica, que desejam cortes profundos nos gastos, dentro da política de combate ao déficit e para um controle da inflação, como forma de evitar medidas de cunho apenas político, eleitoral.

Nã discussão sobre o entendimento nacional entre patrões e empregados para derrubar a inflação, os empresários apresentarão hoje, durante reunião técnica de assessores dos dois lados, uma proposta de cinco pontos: continuidade do diálogo a qualquer custo; garantia de emprego; análise profunda sobre o controle do déficit público e como acompanhar de perto a execução do novo Orçamento de União, tido agora como peça-chave; democratização do capital de empresas; e abertura para discussão de diálogo de uma nova proposta conjunta de reajustes salariais.



Della Manna é a indicação da Fiesp a Sarney